



**MOINHO S/A. - CNPJ 09.196.223/0001-40 NIRE 42300041602**

Rod. José Carlos Daux – SC 401, km 05, nº 5.500 Cond. Square Corporate, sala 325, Torre Jurerê A – 3º andar Saco Grande, Florianópolis/SC – Brasil / CEP 88032-005

**Relatório da Administração - 2020**

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos com satisfação submeter à apreciação de V. Sas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da empresa Moinho S.A. Agradecemos a colaboração recebida de todos e continuamos ao inteiro dispor de V.Sas, em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas.

Florianópolis, 16 de abril de 2021  
A Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2020	31.12.2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2020	31.12.2019
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	23.250	16.858	Fornecedores	13	18.271	15.274
Contas a receber	9	13	1.380	Financiamentos	14	-	3.427
Outros ativos		270	383	Salários e encargos sociais		35	53
Total do ativo circulante		23.533	18.621	Arrendamentos		67	46
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Impostos a recolher		21	132
Aplicação financeira restrita	10	-	1.515	Imposto de renda e contribuição social		144	293
Outros ativos		110	133	Dividendos a pagar	16 (c)	473	-
Imobilizado	11	74.135	75.391	Outros passivos		27	13
Intangível	12	569	704	Total do passivo circulante		19.038	19.238
Total do ativo não circulante		74.814	77.743	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>98.347</b>	<b>96.364</b>	Financiamentos	14	-	25.944
				Arrendamentos		71	16
				Provisão para riscos cíveis	21	6.935	4.078
				Total do passivo não circulante		7.006	30.038
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	16 (a)	70.705	42.705
				Reserva de lucros		1.598	4.383
				Total do patrimônio líquido		72.303	47.088
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>98.347</b>	<b>96.364</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS  
A Moinho S.A. ("Companhia" ou "Moinho") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de outubro de 2007, com sede em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, tem por atividade a construção e exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica ("PCH"), com 13.700 KW de potência instalada, localizada no rio Bernardo José, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, nos municípios de Barracão e Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. ("SKER"). A SKER é empresa integrante do grupo norueguês Statkraft.  
A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica foi obtida em 8 de julho de 2008 - Resolução da ANEEL nº 1.451, pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação desta Resolução, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.  
As licenças de operação, emitidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM), para as atividades da PCH Moinho (com potência de 13,7 MW) (LO nº 06897/2020) e para LT de 138 KV e 24,05 KM de extensão (LO nº 01314/2020), possuem validade até 06 de novembro de 2025 e 27 de fevereiro de 2025, respectivamente.  
Em 22 de abril de 2009, foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Energia com a CEMIG Geração e Transmissão S.A., na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 7,0 MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, a partir da data de início das operações da PCH.  
Em julho de 2018, a Companhia deixou de participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e passou a liquidar suas diferenças entre a geração e os montantes de energia de seus contratos de venda de curto prazo no Mercado de Curto Prazo. Em julho de 2019 a Companhia voltou ao MRE e sua consequente exposição ao GSF.  
1.1. Limiar GSF ("Generation Scalling Fator")  
A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, os saldos no mercado de curto prazo referentes aos períodos entre julho de 2015 e fevereiro de 2018 da Companhia encontravam-se protegidos do efeito controverso do MRE.  
Em 23 de outubro de 2018, ocorreu a modulação da liminar associada à ação judicial que protegia a usina (ação judicial GSF APINE), resultando no fim da proteção desde 08 de fevereiro de 2018, porém, mantendo-se repassados os valores entre 01 de julho de 2015 e 07 de fevereiro de 2018. São esses valores, atualizados por IGPIM, que estão devidamente provisionados pela Companhia no seu balanço e divulgados na nota explicativa nº 12.  
A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem impairment de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
2.1. Base de preparação e apresentação  
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.  
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.  
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.  
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 13 de abril de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Moeda funcional e de apresentação  
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa  
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Ativos e passivos financeiros  
A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e pas-

sivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado  
Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado  
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

3.3.1. Reconhecimento e mensuração  
Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.2. Compensação de instrumentos financeiros  
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

3.3.3. "Impairment" de ativos financeiros  
A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são incorridas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.  
O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.  
Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"  
A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de "swap", troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), neste exercício.

3.5. Contas a receber  
O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para perdas esperadas é avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos. Na data-base das demonstrações financeiras não havia necessidade de provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

3.6. Outros ativos circulantes e não circulantes  
São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.7. Imobilizado  
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.  
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA LÍQUIDA	18	22.046	17.178
Custo do fornecimento de energia elétrica	19. a)	(14.336)	(14.047)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>7.710</b>	<b>3.131</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	19. b)	(1.911)	(1.368)
Outras (despesas) receitas		58	128
		(1.853)	(1.240)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>5.857</b>	<b>1.891</b>
Receitas financeiras		467	866
Despesas financeiras		(3.624)	(2.668)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	20	<b>(3.157)</b>	<b>(1.802)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>2.700</b>	<b>89</b>
Imposto de renda e contribuição social	15	(710)	(694)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.990</b>	<b>(605)</b>
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$	22	0,030	(0,014)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2020	31.12.2019
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	1.990	(605)
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.990</b>	<b>(605)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019</b>		42.705	57	4.658	-	47.420
Prejuízo do exercício		-	-	-	(605)	(605)
Reversão de dividendos		-	-	273	-	273
Absorção do prejuízo do exercício	15 (c)	-	-	(605)	605	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		42.705	57	4.326	-	47.088
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.990	1.990
Aumento de capital	15 (a)	28.000	-	-	-	28.000
Constituição de reserva legal	15 (b)	-	99	-	(99)	-
Dividendo mínimo obrigatório	15 (c)	-	-	-	(475)	(475)
Dividendos adicionais destinados	15 (c)	-	-	(4.300)	-	(4.300)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	1.416	(1.416)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>70.705</b>	<b>156</b>	<b>1.442</b>	<b>-</b>	<b>72.303</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2020	31.12.2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes dos tributos		2.700	89
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	10	(19)	(113)
Depreciações e amortizações	11 e 12	1.942	3.569
Encargos financeiros de financiamentos (Reversão) provisão para riscos cíveis	14	687	2.502
Baixa de ativo imobilizado e intangível	21	2.857	(76)
Despesas financeiras sobre arrendamentos	11	22	12
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber		1.367	2.940
Impostos a recuperar		-	(47)
Almoxarifado		-	(176)
Outros ativos		136	119
Fornecedores		2.997	917
Salários e encargos sociais		(18)	-
Arrendamentos		76	-
Impostos a recolher		(111)	(189)
Outros passivos		14	75
Juros pagos sobre financiamentos	14	(777)	(2.412)
Imposto de renda e contribuição social pagos	15	(865)	(465)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais continuadas		<b>11.012</b>	<b>6.745</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Resgates de aplicação financeira restrita	10	1.534	126
Aquisições de imobilizado e intangível	11 e 12	(573)	(232)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		<b>961</b>	<b>(106)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	16 (c)	(4.300)	-
Aumento de capital recebido	15 (a)	28.000	-
Pagamentos de financiamentos - principal	14	(29.281)	(3.376)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<b>(5.581)</b>	<b>(3.376)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>6.392</b>	<b>3.263</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	16.858	13.595
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	23.250	16.858
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>6.392</b>	<b>3.263</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aplicável até 30 de setembro de 2019  
A depreciação do ativo imobilizado foi calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante sua vida útil técnica estimada, limitados ao prazo de autorização (vide nota explicativa nº 10).  
Aplicável a partir de 1º de outubro de 2019  
A partir de 1 de outubro de 2019, a depreciação do ativo imobilizado passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do MCSE (Manual de Contabilidade do Setor Elétrico) da ANEEL, em função do entendimento da administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.  
3.8. Intangível  
Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação e valores de compensações ambientais. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.  
a) Compensações ambientais  
A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados às Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis conforme o pronunciamento técnico CPC 04.